

Título do projeto

Sob os escombros da Supermodernidade: Arqueologia do Despejo na Boa Esperança e no Poti Velho, na Zona Norte de Teresina, Piauí

Coordenação

Vinícius Melquíades dos Santos (UFPI)

Joina Freitas Borges (UFPI)

Maria Lúcia Oliveira Souza (Museu da Boa Esperança)

Consultor externo

Andres Zarankin (UFMG)

1. Introdução e justificativa

A história da cidade de Teresina, capital do estado Piauí, na Região Nordeste do Brasil, muitas vezes é contada com ufanismo em relação à criação daquela que seria a primeira capital planejada do país, ainda no período Império, em 1852. Entretanto, desde sua origem, Teresina, como produto do urbanismo que emergia no século XIX, refletiu os projetos intervencionistas da época, que, sob justificativas de saúde, organização da circulação, higiene, dentre outras, provocavam, na verdade, marginalização, gentrificação e higienização social.

A capital da Província do Piauí foi transferida de Oeiras para Teresina em 1852, mesmo ano em que foram iniciadas as obras do Barão de Haussmann em Paris, que se tornou modelo de urbanização para o mundo. É importante ressaltar que as obras de Haussmann em Paris foram precedidas da Lei de Desapropriação de 1840 e da Lei Sanitária de 1850 que preconizavam os interesses das classes abastadas, demolindo, expropriando e despejando o “velho” e “atrasado”, em nome da cidade “moderna” — processo que se repete até os dias atuais, com outros nomes. Essas práticas também se manifestarão, mais tarde, nas políticas higienistas do Estado brasileiro e na construção de outras cidades planejadas como Belo Horizonte (Lei de criação em 1893 e inauguração em 1897) e a atual capital do Brasil, Brasília, inaugurada em 1960.

Teresina, portanto, representa a manifestação local/regional dentro de uma perspectiva global, ou seja, que também se manifesta nacional e internacionalmente, considerando as especificidades espaço-temporais do *modus operandi* do urbanismo capitalista através de sua evolução no mundo.

O plano urbano de Teresina nasceu de um projeto do então Conselheiro do Imperador, José Antônio Saraiva, que foi nomeado presidente da província do Piauí no ano de 1850. Até então, a capital era na comarca de Oeiras, onde fora criada a primeira freguesia da Província, cuja localização não favorecia o almejado desenvolvimento econômico por vários motivos, dentre os quais a falta de produção de gêneros alimentícios e as distâncias percorridas para o suprimento da capital. Assim justifica Alencastre (1855, p. 42, grifos nossos), escancarando o seu preconceito contra a população da província: “[...] o terreno da capitania é incapaz da produção necessária [sic] para a sustentação de seus habitantes; pois todos os generos, que se consomem nesta cidade (Oeiras) vem d’aqui 10, 15, 20 e mais legoas em cavallos [sic] [...] esta razão unida a *grande preguiça, quasi universal d’estes povos* [...]”; em outro ponto, relatando sobre as enfermidades da província, o autor afirma: “[...] A última enfermidade é, como em toda a parte - filha da falta de asseio, do cóito frequente, e diversidade de constituições organicas [sic]” (p. 72).

O plano era criar uma capital às margens do maior recurso fluvial, o rio Parnaíba, com “[...] termos muito extensos, e certamente *os melhores* da província [...]” (Alencastre, 1855, p. 115, grifos nossos). Ainda segundo Alencastre, ao ser nomeado presidente, o “Dr. José Antônio Saraiva; entendeu [...] que o maior serviço que podia fazer à provincia do Piauhy era mudar sua capital para a margem do Parnahiba [...]” (p. 115). Em viagem realizada ao norte do Piauí, Saraiva reconheceu que “[...] só o município do Puty era capaz de offerecer maior garantia à mudança [...]” (Alencastre, 1855, p. 116).

O discurso sobre a região demonstra suas contradições, que abrigam o colonialismo e o racismo desde essa época, pois ao mesmo tempo que o local foi defendido como “melhor da província”, a Villa do Puty era descrita como “decadente” e “flagelada”:

[...] se iam lançando os cimentos da futura capital no local destinado para a mudança da villa do Puty, que a lei de 28 de Novembro de 1842 havia autorizado [sic], *como meio de melhorar a sorte dos seus habitantes, que tão flagellados* haviam sido nos invernos rigorosos dos annos anteriores, que fazendo assoberbar as aguas do Puty, e olhando a povoação, carregára com

parte de suas casas, deixando em despedida o tormento das intermitentes [...] (Alencastre, 1855, p. 116, *grifos nossos*).

Daí o “esforço” extra de mudar a capital para “[...] a nova povoação, que se estava preparando para séde da *decadente villa do Puty*” (Alencastre, 1855, p. 117, *grifos nossos*). Assim, apesar da existência da villa do Puty, foi realizada a obra de construção da nova sede, Teresina, segundo Alencastre (1855, p.118) em três meses, “[...] uma legoa acima da barra do Puty [...]”.

A justificativa do flagelo e decadência dos moradores foi naturalizada e cristalizada ao longo do tempo, sendo reproduzida até hoje, tanto pela mídia como pelo poder público, para despejar as pessoas da região. Ao mesmo tempo, o local é escolhido para a realização de projetos milionários de urbanização com vistas, inclusive, ao turismo.

Pode-se observar, então, que a própria criação da cidade de Teresina já começa com um processo violento de exclusão que enreda pessoas, lugares e coisas, passando por processos de higienismo, gentrificação e desenraizamento, que pressupõe o que atualmente se denomina por racismo ambiental, ao desconsiderar e marginalizar a região da Vila do Poti e arredores (De Oliveira Castro, Borges, Dos Santos, 2025; Da Silva, Borges, De Oliveira Castro, 2025).

Teresina foi erguida sob a égide da modernidade. Conforme Nascimento (2015), sua elite política e intelectual desde o início do século XX tem produzido discursos que evidenciam o progresso urbano e a modernidade que ainda reverberam na mídia pelo fato de ter sido uma cidade planejada. Porém, são discursos que não retratavam, e nem retratam, as condições precárias de grande parte da população, até hoje, sem saneamento básico, sem transporte público de qualidade e com severos problemas de lixo, aos quais as populações e lugares são expostos com a justificativa de “progresso e desenvolvimento”.

No século XXI a região continua sendo tratada da mesma forma. Projetos como o Programa Lagoas do Norte - PLN, que prometem o “remodelamento urbano” e desenvolvimento às custas das pessoas que já habitam a localidade, cujos moradores são constantemente assombrados e ameaçados com desapropriações.

O PLN foi implementado a partir do ano de 2008, com recursos do Banco Mundial, sob a justificativa de melhoria de condições de vida da população “vulnerável”, ameaçada pelas “enchentes” dos Rios Poti e Parnaíba, assim como com pretexto de desenvolvimento econômico, social e ambiental da Região Norte de Teresina. O que se

observou, de fato, foi um projeto desenvolvimentista, que não levou em consideração os modos de vida próprios da comunidade, assim como seus saberes e sua história em torno da Av. Boa Esperança e sua ancestralidade com a Vila do Poti, hoje Poti Velho.

Santos (2023) demonstra as várias táticas desempenhadas pela população, notadamente através do Centro de Defesa Ferreira de Sousa, para impedir as expropriações de milhares de famílias: faixas, pichações nos próprios muros, vídeos publicados nas redes sociais, dentre outras, questionando, se opondo e perguntando: “Lagoas do Norte Pra Quem?”, já que as propostas não visavam melhorar a vida das pessoas que estavam ali, mas sim, despejá-las para que outros usufríssem dos benefícios do Programa.

Uma das principais estratégias de luta da comunidade foi a constituição do Museu da Resistência da Boa Esperança, em 2016, e que no ano de 2024 recebeu a certificação como Ponto de Memória, reconhecimento do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. O museu materializou a tarefa de demonstrar a importância da história, das pessoas e das coisas da comunidade da Av. Boa Esperança, enquanto território composto por pessoas enraizadas. O Museu existe e resiste de forma multifacetada: como museu itinerante, através de exposições que percorrem diversos pontos de Teresina; como museu virtual, através da página “<https://www.museudaboaesperanca.org/>”; como museu físico, através da sede na Av. Boa Esperança pois, conforme a diretora do museu Mãe Maria Lúcia relata (informação oral, 2017): “é preciso um museu físico, para marcar nosso território”.

Desde 2016, primeiro em um cômodo improvisado na casa e no quintal da matriarca da família Ferreira de Sousa, anos depois em uma ocupação de uma antiga creche fechada da prefeitura, o Museu da Resistência da Boa Esperança vem aumentando seu acervo de conteúdos e objetos doados pela própria comunidade, numa clara alusão à história e à memória das pessoas que ali estão, e que possuem sua importância como cidadãos de Teresina, principalmente a partir de seus ofícios como vazanteiros, horticultores, oleiros, pescadores, artesãos, dentre outros.

Os processos de musealização desenvolvidos pela comunidade da Av. Boa Esperança são deliberadamente contracoloniais, na perspectiva de Nêgo Bispo (Santos, 2015), pois são desenvolvidos por pessoas que não se vêem como colonizadas, mas sempre em processo de luta contra colonizadores, que primeiro avançaram com a escravização e que atualmente operam através de políticas neoliberais. Tais processos museais permitem demonstrar que abordagens positivistas ou dentro de perspectivas arqueológicas normativas não dão conta das complexidades, das continuidades e rupturas,

muito menos das afetividades envolvidas em uma comunidade que se coloca como “aquilombada”, acionando sua ancestralidade afropindorâmica (Santos, 2015) ao mesmo tempo que requer seu direito à cidade hodierna.

Diante das táticas e estratégias (Certeau, 2012) adotadas pela comunidade, entretanto, ocorreram os despejos, deixando rastros e escombros que devem ser analisados e percebidos como sítios arqueológicos da Era contemporânea (González-Ruibal, 2025) por toda a Zona Norte da cidade, desconectando as pessoas entre si e entre o espaço, promovendo quebras de vínculos, desenraizamentos, situações de abandono e marginalização, que apenas favorecem a especulação imobiliária e futuras tentativas de realização de novos empreendimentos com a chamada “revitalização” urbana.

Alinhado com as perspectivas da Musealização da Arqueologia, Tessaro (2022) realiza uma aproximação importante para o escopo deste projeto entre a Arqueologia Urbana e a Arqueologia Pública. A partir de perspectivas pós-processualistas que exigem um posicionamento político do pesquisador, somadas à compreensão de que toda a cidade deve ser compreendida como um sítio arqueológico, visto que ela é resultado de um complexo processo que envolve diversas temporalidades e diversas relações, que, entretanto, produzem um só território urbano, o autor propõe a efetivação de uma Arqueologia *com* a Cidade, utilizando da abordagem da arqueologia pública crítica para chegar a esse fim. Se Teresina pode ser compreendida como um sítio ou um território com sítios arqueológicos, os lugares de despejo da Boa Esperança, Poti Velho e Zona Norte de Teresina também devem ser percebidos como sítios ou áreas de interesse histórico e arqueológico.

Arqueologia da Era Contemporânea (González-Ruibal, 2025) pode ser compreendida como uma confluência, intensificação e amadurecimento das Arqueologias do Mundo Moderno (Hall, 2000), do Passado Contemporâneo (Buchli e Lucas, 2001), do Passado Recente, do Presente (González-Ruibal, 2018) e de Futuros Emergentes (Harrison, 2018), conforme desenvolvidas em diferentes regiões e países do globo. No entanto, sua geminação e raízes são anteriores a tais publicações, nos remetendo principalmente às diferentes perspectivas das Arqueologias Pós-processuais que se consolidam na década de 1980¹.

¹ Para uma revisão crítica, detalhada e atualizada das influências e genealogia da Arqueologia da Era Contemporânea ver González-Ruibal, 2025.

De uma maneira geral, a Arqueologia do Contemporâneo parte das noções de que o período que vai da segunda metade do século XX até o presente é marcado por uma modernidade crescentemente excessiva e altamente destrutiva, e se caracteriza como o estudo dos traços materiais destes processos e eventos, tais como ruínas, lugares abandonados, paisagens arruinadas, lixo, entre outros. Neste sentido, algumas autorias (González-Ruibal, 2008; 2025) têm chamado a atenção para o conceito de Supermodernidade (Augé, 1994) que marcaria a aceleração e intensificação constante e crescente da modernidade.

Um dos diálogos da Arqueologia da Era Contemporânea é com a Etnoarqueologia, relida enquanto Arqueologia do Presente (González-Ruibal, 2009; Antônio da Silva, 2017; Melquíades e Amaral, 2022). O que diferencia as abordagens é que a arqueologia do presente se propõe a estudar as populações atuais não apenas como fonte de analogias etnográficas para as interpretações dos registros e materiais arqueológicos, mas em termos das relações entre pessoas e coisas, de suas materialidades, temporalidades e territorialidades, seus modos de vida e existência, suas trajetórias históricas, dilemas e problemas políticos e econômicos (Gonzalez-Ruibal, 2009; Antônio da Silva, 2017; Silva, 2024). Alinhada com os pressupostos da crítica pós-colonial, ela se qualifica como uma arqueologia política e “problematiza aspectos relativos ao colonialismo, à globalização, à violência política, aos projetos estatais de desenvolvimento e à ocidentalização do mundo.” (Silva, 2024: 259).

Em diferentes lugares do globo a Arqueologia do Mundo Moderno (Hall, 2000), do Passado Contemporâneo (Buchli e Lucas, 2001) e da Era Contemporânea (González-Ruibal, 2025), e que, portanto, envolvem o passado recente e o presente, vem, desde o final do século passado, desenvolvendo pesquisas arqueológicas em contextos de bairros urbanos relacionados a populações marginalizadas, ao despejo e/ou deslocamento forçado muitas vezes ligados aos processos de “revitalização urbana”, à formação multicultural e/ou multiétnica, e a manutenção e reformulação das identidades das populações moradoras e ex-moradoras destes lugares frente às opressões e violências.

Entre os casos apresentados na bibliografia que trata do tema, destacamos o do Distrito Seis, na Cidade do Cabo em África do Sul (Hall, 2000; Symonds, 2004; Ernsten, 2015). Segundo Symonds (2004, p. 42) a construção das ruas e casas geminadas se iniciou em 1838, após a abolição da escravidão, e a denominação do subúrbio se deu em 1867, com uma população densa composta majoritariamente por pessoas pobres e com intensa presença de imigrantes. Em 1966, no contexto do apartheid, o governo sul-africano

declarou que o distrito seria desocupado e remodelado para ocupação branca. Grupos locais de protesto mobilizaram apoio contra as remoções e formaram o coletivo “Tire as mãos do Distrito Seis” (*Hands off District Six, HODS*). Várias tentativas de remodelação fracassaram entre 1966 e agosto de 1997; o Tribunal Fundiário anulou as tentativas do governo e do setor privado e devolveu a área aos seus residentes. No entanto, já havia se iniciado o processo de remoção e demolição da maior parte das casas das pessoas pobres, das quais restaram apenas poucas estruturas cobertas por escombros. Atividades da própria comunidade, de artistas e de intelectuais, levaram a intervenções físicas (exposições, manifestações etc.) que culminaram com a criação do Museu do Distrito Seis (*District Six Museum*), compreendido enquanto um Museu Comunitário.

Em 1996, uma equipe de arqueologia da Unidade de Pesquisa em Arqueologia da Cidade do Cabo, vinculada à Universidade da Cidade do Cabo realizou coletas sistemáticas de artefatos nos escombros de edificações em uma das ruas centrais do Distrito Seis. A iniciativa foi desenvolvida a partir de perspectivas da Arqueologia Pública e os materiais coletados foram utilizados para ensinar técnicas arqueológicas aos alunos de escolas locais (Symonds, 2004, p.43).

Nesse sentido, este projeto coloca a Arqueologia da Era Contemporânea, Arqueologia do Presente, Arqueologia Pública, Musealização da Arqueologia, Museologia Social e Sociomuseologia como aportes teórico-metodológicos, através da proposta de uma Arqueologia do Despejo, que busca mapear, estudar, debater e expor as materialidades relacionadas aos despejos e desapropriações na Boa Esperança, no Poti Velho e na Zona Norte de Teresina.

Em diferentes escalas, propomos abordagens arqueológicas que vão do local ao global, buscando uma arqueologia pública também com a cidade, que almeja somar às vozes da comunidade. O diálogo, se horizontal, entre a academia e a sociedade, permite a instrumentalização para que sejam realizadas políticas públicas de real interesse da comunidade, além de servir como canal de denúncia para o que está errado e de visibilidade para aquilo que merece ser reconhecido, como são as práticas realizadas pelo Museu da Resistência da Boa Esperança e os modos de vida e existência locais. A partir das pressões da atualidade, assim como das percepções e demandas locais, objetivamos priorizar os lugares de despejo e evidenciar a gestão comunitária de suas materialidades, no empenho de musealização e patrimonialização a serviço da luta pelas condições dignas de existência e de resistência à globalização.

2. Objetivos gerais e específicos

Este projeto tem como objetivo investigar, por meio da Arqueologia da Era Contemporânea e do Presente, os impactos do racismo ambiental, das políticas neoliberais e dos processos de gentrificação e despejo na Zona Norte de Teresina (PI), valorizando os lugares, as materialidades, as memórias, os modos de vida e as resistências locais.

Entre os objetivos específicos estão (1) auxiliar no registro e valorização das materialidades relacionadas às histórias de vida das pessoas da Comunidade Boa Esperança e do Poti Velho; (2) auxiliar no registro e valorização das histórias, memórias e modos de vida e existência locais impactados pelo processo de gentrificação; (3) refletir coletivamente, junto com a comunidade, sobre os impactos simultaneamente físicos e simbólicos dos processos de gentrificação, bem como seus mecanismos e táticas ação; (4) auxiliar na visibilidade das violências dos processos de gentrificação, de uma maneira geral, e nos que ocorreram e ocorrem no Poti Velho, Boa Esperança e São Joaquim, especificamente; (5) auxiliar no registro e divulgação de parte da história de Teresina, especialmente a história das populações subalternizadas e suas (re)existências; (6) registrar e estudar as relações com os lugares e coisas anteriormente ao processo despejo; e (7) refletir sobre se, e como a arqueologia, imersa em sua interdisciplinaridade, pode auxiliar na percepção de processos violentos e recentes de despejo?

3. Metodologia

A metodologia proposta se ancora tanto em métodos e técnicas consagrados da arqueologia e, portanto, presentes nos clássicos manuais de arqueologia (Renfrew e Bahn, 1998; Orser Jr., 1992), quanto em perspectivas mais atuais, como a Arqueologia da Era contemporânea, do passado recente e do presente (González-Ruibal, 2025), destacando a colaboração e a interdisciplinaridade inerentes a todas as atividades, processos e reflexões da pesquisa.

(1) o desenvolvimento de pesquisas etnográficas; (2) o desenvolvimento de pesquisas bibliográfica e de documentação primária; (3) o levantamento e registro das áreas/lugares de despejo enquanto áreas de interesse histórico e arqueológico; (4) o desenvolvimento de coletas de superfície dos materiais encontrados nestes locais/lugares; (5) análise e interpretação dos materiais coletados e estruturas registradas; (6) eventual desenvolvimento de escavações arqueológicas em áreas previamente definidas; (7) sistematização dos dados e análises das áreas escavadas; (8) composição de acervo para

as instituições envolvidas (Museu da Boa Esperança e Museu de Arqueologia e Paleontologia-MAP/UFPI; (9) desenvolvimento de rodas de conversa e oficinas com pessoas da comunidade em torno dos lugares registrados, materiais coletados e reflexões despertadas; (10) organização de exposições itinerantes; (11) extroversão das informações e conhecimentos construídos na pesquisa através de participação em eventos, publicações, Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertação e Teses, Exposições etc..

4. Resultados esperados

Como resultados esperamos contribuir com os debates atuais em vertentes da arqueologia que através das materialidades arqueológicas e da colaboração com as populações diretamente envolvidas com os lugares e coisas, têm buscado refletir sobre os processos e transformações engendrados pela modernidade e pela supermodernidade. Da mesma maneira, espera-se estabelecer um fluxo constante e integrado entre arqueologia e museologia no tocante à gestão dos materiais e lugares de interesse histórico e arqueológico. Buscamos, também, dar visibilidade às pessoas e populações que lutaram e lutam por seu direito de viver nos lugares com os quais estabeleceram vínculos afetivos e históricos, e que muitas vezes são forçadas a se deslocar. Neste caso, chamamos ainda a atenção para o vínculo ancestral com a antiga Vila do Poti. Por fim, buscamos o registro de contextos e situações que, se dependerem exclusivamente do sistema hegemônico vigente e de suas violências, seriam completamente invisibilizados e esquecidos. Trata-se, portanto, de estabelecer um diálogo constante entre questões sociais, arqueologia, museologia, gestão dos patrimônios e exercício de cidadania, buscando salientar o protagonismo às pessoas do local e dar mais visibilidade às suas histórias e modos de vida e (re)existência.

Ao vivenciar, registrar e valorizar as experiências de resistência da Comunidade Boa Esperança a partir da materialidade do despejo, este projeto busca não apenas contribuir com a produção de conhecimento crítico em arqueologia, mas também enfatizar as transformações nas relações com os lugares causadas pela desapropriação, bem como fortalecer a luta por memória, justiça e permanência nos territórios. Trata-se de evidenciar o protagonismo das populações afetadas e de construir, junto a elas, novas formas de narrar e preservar suas histórias, buscando ativar as capacidades e qualidades mnemônicas inerentes às materialidades dos lugares e das coisas.

5. Cronograma

Atividade	Mês/ano	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	set/26	out/26	nov/26	dez/26	jan/27	fev/27	mar/27	abr/27	mai/27	jun/27	jul/27	ago/27	set/27	out/27	nov/27	dez/27	jan/28	fev/28
		Levantamento e estudo bibliográfico	X	X	X	X	X	X	X	X															
Levantamento e estudo de documentação primária		X	X	X																					
Atividade de mapeamento afetivo					X	X	X																	X	X
oficina de cartografia afetiva																									
Mapeamento arqueológico (visitas aos locais indicados)						X	X	X	X					X	X	X	X								
Mapeamento arqueológico (levantamento sistemático das áreas?)								X	X	X							X	X	X						
Registro dos lugares/sítios de interesse arqueológico (Cartografia)								X	X	X								X	X	X					
Coleta de superfície e mapeamento dos lugares/sítios selecionados											X	X	X												
Análise e processamento de dados (materiais, mapas, etc.)													X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Elaboração de textos (Relatórios parciais, artigos, resumos etc.)														X	X	X	X	X	X	X	X				
Divulgação dos resultados parciais e finais													X						X						X
Exposição																							X	X	

6. Bibliografia

ALENCASTRE, José Pereira de. *Memória chronologica, historica e corographica da provincia do Piahy* [1855]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XX, 1º trimestre, 1857.

ANTONIO DA SILVA, Lucas. (Re)visitando as pessoas e as coisas: a etnoarqueologia enquanto uma arqueologia do presente. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, p. 111–132, 2017.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 1994.

BORGES, Jóina Freitas. *A história negada: em busca de novos caminhos*. Teresina: FUNDAPI, 2004.

BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin. The absent present: archaeologies of the contemporary past. In: BUCHLI, Victor; LUCAS, Gavin (ed.). *Archaeologies of the contemporary past*. London: Routledge, 2001. p. 4–18.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GONZÁLEZ-RUÍBAL, Alfredo. *An archaeology of the contemporary era*. 2. ed. London: Routledge, 2025.

GONZÁLEZ-RUÍBAL, Alfredo. De la etnoarqueología a la arqueología del presente. In: SALAZAR, J.; DOMINGO, I.; ASKARRÁGA, J.; BONET, H. (coord.). *Mundos tribales: una visión etnoarqueológica*. [S. l.: s. n.], 2009.

GONZÁLEZ-RUÍBAL, Alfredo. Time to destroy: an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247–249, 2008.

HALL, Martin. *Archaeology and the modern world*. London; New York: Routledge, 2000.

HARRISON, Rodney. Arqueologias de futuros e presentes emergentes. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 12, n. 2, jul./dez. 2018.

MELQUIÁDES, Vinícius; AMARAL, Daniela Magri. Arqueologia do presente e etnografias arqueológicas no Brasil. In: SYMANSKI, L. C.; TORRES DE SOUZA, M. (org.). *Arqueologia histórica brasileira*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2022. p. 437–466.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

DE OLIVEIRA CASTRO, Lorena Francisca; BORGES, Jóina Freitas; DOS SANTOS, Vinícius Melquíades. Racismo ambiental a serviço do progresso: o Museu da Resistência da Boa Esperança contra a colonialidade. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 71, n. 27, p. 105–116, 2025.

ORSER JR., Charles E. *Arqueologia histórica*. Tradução de Pedro Paulo A. Funari. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

RENFREW, Colin; BAHN, Paul G. *Arqueología: teorías, métodos y práctica*. Madrid: Akal, 1998.

SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, quilombos: modos e significados*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Sarah Fontenelle. *Comunicação popular e insurgente da Boa Esperança: entre território, memória e histórias de vida em "Lagoas do Norte para quem?"*. 2023. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

DA SILVA, Andreza Gomes; BORGES, Jóina Freitas; DE OLIVEIRA CASTRO, Lorena Francisca. Urbano versus suburbano como reconfigurações do colonialismo na comunidade da Boa Esperança – Teresina (PI/Brasil): proposta de uma arqueologia socialmente engajada. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 19, n. 2, p. 153–172, 2025.

SILVA, Fábíola Andréa. *Etnografando a arqueologia: dado etnográfico, prática etnográfica e conhecimento arqueológico*. São Paulo: Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2024.

SOUZA JUNIOR, Wilmar Moura de. Teresina na esteira da preservação: apontamentos iniciais para uma necessária discussão. *Revista RestauRO*, v. 9, 2025.

SYMONDS, James. Historical archaeology and the recent urban past. *International Journal of Heritage Studies*, v. 10, n. 1, p. 33–48, 2004.

Figura 1: “Detalhe da planta inicial de Teresina, denominada comumente como Plano Saraiva (fonte: Atlas do Brasil Império de1868)”. Capturado de Souza Junior, 2025: página 3.

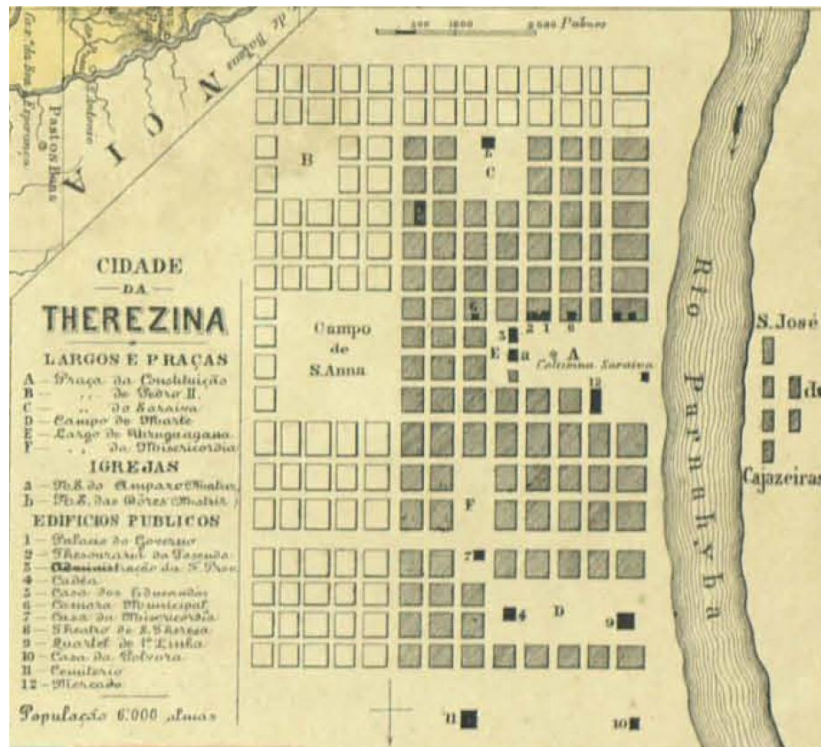


Figura 2: Localização de Teresina, no estado do Piauí. Destaque para a delimitação do Bairro Centro e da Vila do Poti. Capturado de Souza Junior, 2025: página 2.

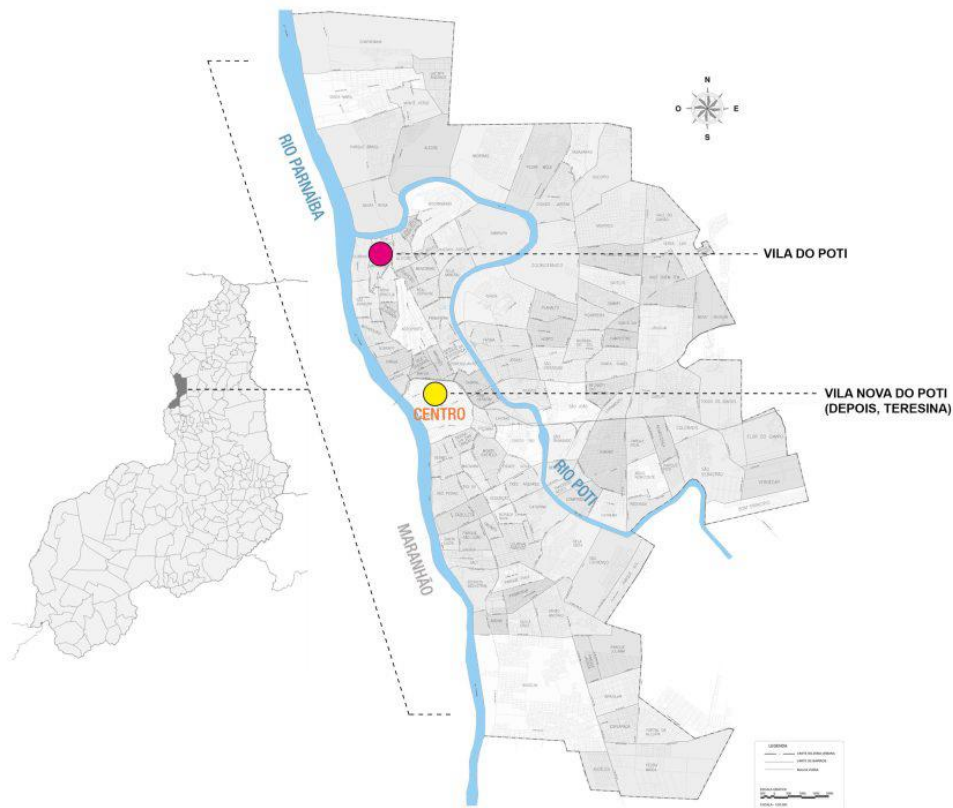


Figura 3: Mapa com os bairros afetados pelo Projeto Lagoas do Norte (PLN) e que correspondem à antiga Vila do Poti. Em vermelho a Avenida Boa Esperança, local onde foi criado o Museu comunitário. Capturado de Lorena p.69

